



Índice de Concorrência dos Municípios

Edição 2022

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

O tamanho da **burocracia brasileira** é observado pelos resultados alcançados em **indicadores internacionais** relacionados à **regulação e ao ambiente de negócios**



Instituto Fraser:
Economic Freedom of the World (2019)

- Avalia as dimensões de **tamanho do governo, sistema legal e de direito à propriedade, qualidade dos recursos financeiros, liberdade de comércio internacional e regulação**

120° de 162 países



Banco Mundial:
Ease of Doing Business (2019)

- Índice que avalia a **facilidade em se fazer negócios**, está estruturado sobre **10 pilares**, como **abertura de empresas, licenciamento de obras, registro de propriedade, acesso a crédito e pagamento de impostos**

124° de 190 países



OCDE: Indicadores de *Product Market Regulation (PMR) (2019)*

- Mede a **qualidade regulatória de bens e serviços** com foco em **promoção da competitividade**
- Fornece **insumo** para **construção de políticas regulatórias** seguindo **padrões consagrados** entre **países da OCDE**

47° de 49 países



Fórum Econômico Mundial: *Global Competitiveness Index (GCI) (2019)*

- Pilar dedicado a **avaliar a competição local e a abertura da economia**
- Dentro outros tópicos, analisa a distorção causada por impostos e subsídios, e a prevalência de barreiras tarifárias e não tarifárias

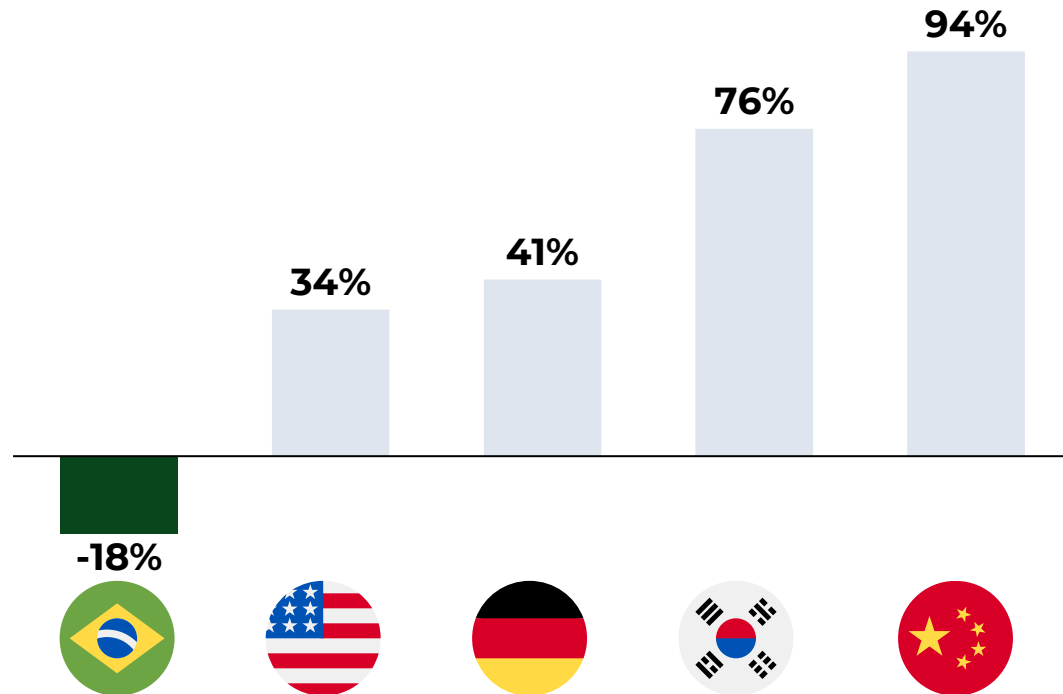
124° de 141 países
no Pilar *Product Market*

E está diretamente relacionado à **estagnação da produtividade brasileira nas últimas 4 décadas**

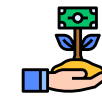


Estagnação da Produtividade

Variação do Fator Total de Produtividade (TFP) entre 1981 e 2014

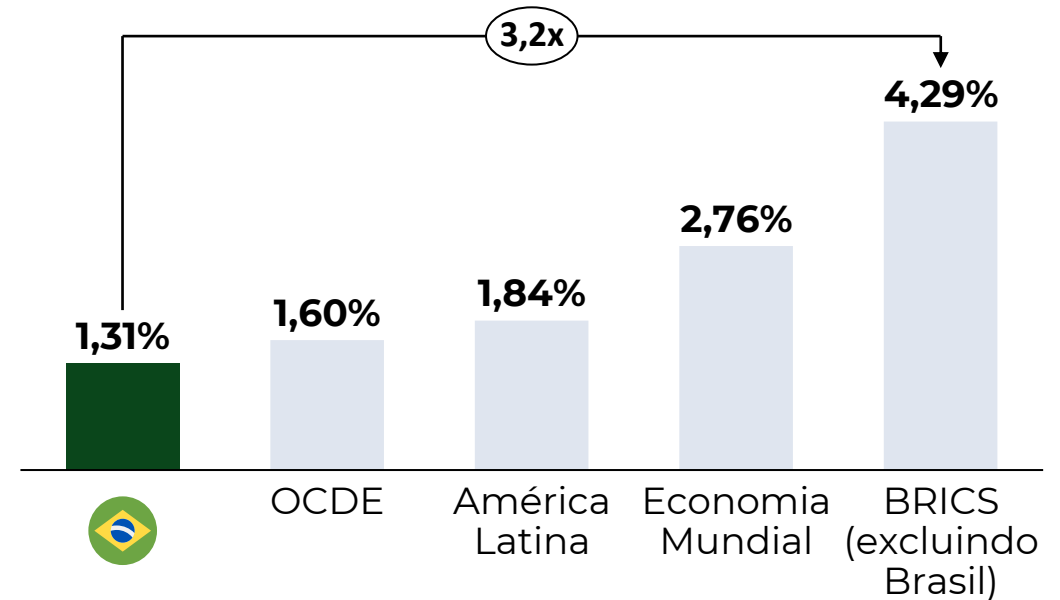


A **produtividade** da economia brasileira se encontra **estagnada há quatro décadas...**



Baixo Crescimento

Crescimento médio ao ano (2009 – 2019)



... o que leva a um **crescimento inferior** ao de **economias em semelhantes estágio de desenvolvimento**

Endereçando essas questões, **o governo federal** vem trabalhando há **3 anos em reformas que contribuirão diretamente com a redução do peso da burocracia**



2019

Lei do Cadastro Positivo
Novo Quadro de Agências
Reguladoras

Lei de Liberdade Econômica

Acordo Mercosul-UE
Direito da Segurança Social
Marco de Telecom

Nova Lei do Agro
Lei Contribuinte Legal
Marco do Saneamento
Lei de Falências
Lei de IOT

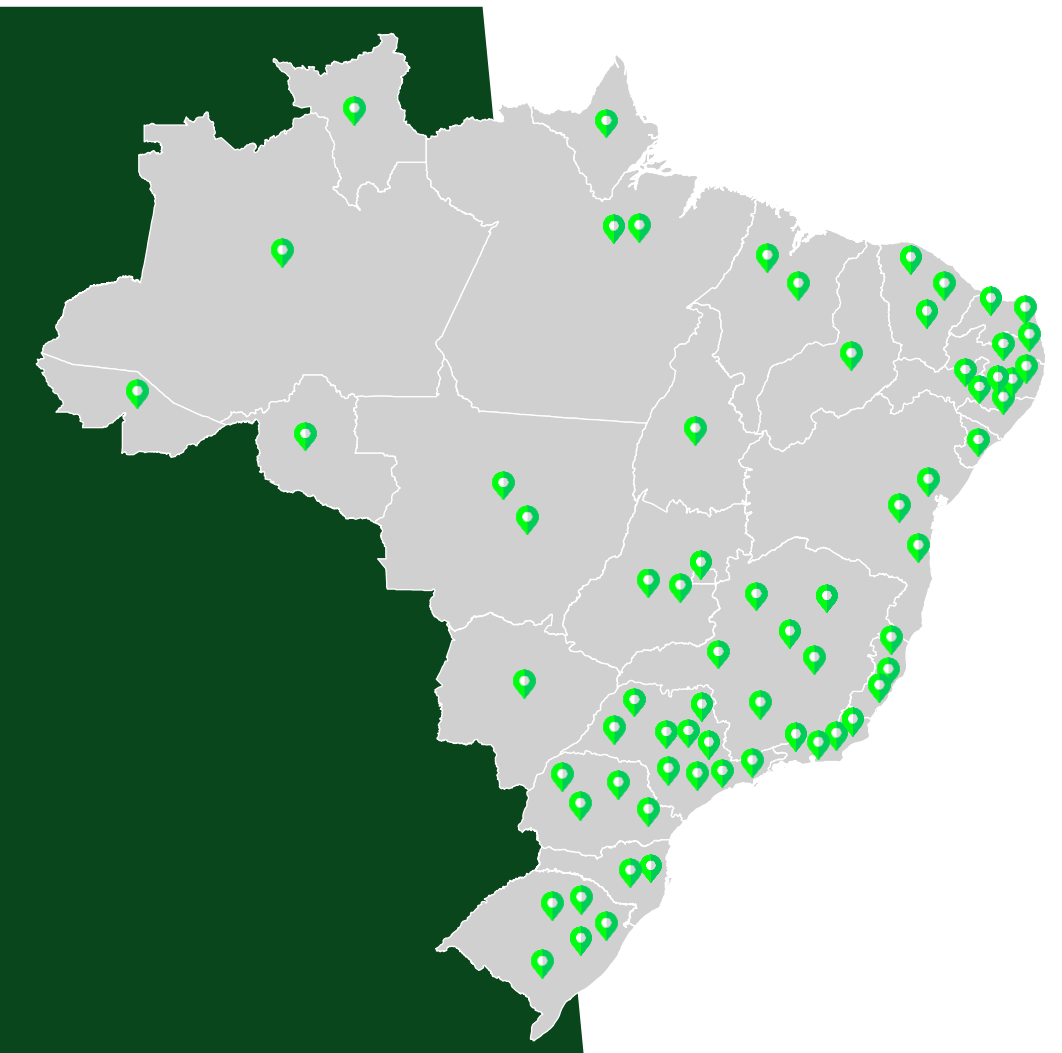
2020



2021

Autonomia do Banco Central
Lei do Gás
Lei de Licitações
Marco legal das Startups
Lei de Ferrovias
Lei de Ambiente de Negócios
Lei de ZPEs

Para garantir a **implementação e a disseminação das boas práticas** o ME desenvolveu o **ICM – primeiro projeto de avaliação concorrencial do país**



- ✓ Possibilitará uma avaliação **sistemática, contínua e estruturada do ambiente de negócios dos municípios brasileiros**
- ✓ Permitirá o desenvolvimento de **estudos e programas relacionados à disseminação de boas práticas e melhoria regulatória e concorrencial**
- ✓ Será **amplo** e de **alcance municipal** identificando as necessidade e peculiaridades de cada município



Política Pública

O ICM evidencia, dentre os seus indicadores, melhores práticas a serem desenvolvidas por meio de políticas públicas municipais



Gestão baseada em dados

O ICM possibilita que a gestão pública municipal deixe de ser intuitiva e passe a ser fundamentada em dados

O ICM é o **mais completo retrato da burocracia local** e servirá como ferramenta às administrações municipais

✓ O que é o ICM

- Estudo da SEAE que acompanhará **anualmente a qualidade regulatória e concorrencial dos municípios;**
 - **Instrumento de atração a investimento estrangeiro e promoção de políticas públicas lideradas pelo Ministério da Economia;**
 - **Índice que permitirá que as melhores práticas possam ser compartilhadas e adaptadas** pelos demais municípios brasileiros.
-

✗ O que não é o ICM

- **Ferramenta punitiva para os gestores municipais;**
 - **Instrumento de competição entre os municípios;**
 - **Ranking que não leva em consideração as singularidades de cada município**
-

O Índice é composto por **9 capítulos estruturados em 3 eixos principais**, permitindo uma **avaliação completa do ambiente regulatório municipal**



Eixo I - Acessando o Mercado Local

- ▶ O acesso ao mercado local é a **base fundamental para que novos entrantes possam desenvolver e prosperar seus negócios**, dinamizando a economia e gerando emprego e renda.
- ▶ **O Eixo I está dividido em três capítulos** nos quais serão abordadas questões como abertura de negócios, alvarás de funcionamento, infraestrutura local, zoneamento urbano, etc.



Eixo II - Competindo com Agentes já Estabelecidos

- ▶ O segundo eixo trata de **características locais da Competição com agentes já Estabelecidos, aumentando o número de concorrentes** e, conseqüentemente, melhorando alocação de recursos e pessoas na economia.
- ▶ **O Eixo II está dividido em três capítulos** e abrange a Lei de Liberdade Econômica, aspectos regulatórios da produtividade e de serviços públicos e a concorrência em serviços públicos.



Eixo III - Atuando sob um Ordenamento Íntegro e Justo

- ▶ O terceiro eixo trata de questões relativas ao Ordenamento Municipal. **O eixo avalia questões relativas à fiscalizações, sanções, previsibilidade e equidade do ordenamento jurídico, bem como aspectos licitatórios e tributários.**
- ▶ **O Eixo III está dividido em três capítulos** e avalia boas práticas jurídicas e a equidade de tratamento entre os regulados, garantindo parâmetros iguais para competição entre os atores

A AVALIAÇÃO DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS PROPOSTA PELO ICM GARANTE A ANÁLISE PROFUNDA DOS ASPECTOS REGULATÓRIOS DOS MUNICÍPIOS



Dos 9 capítulos que compõem o indicador, **6 são dedicados a avaliar a qualidade regulatória e concorrencial dos municípios**, garantindo um ambiente de negócios justo e competitivo

Para saber mais:



Variáveis específicas quanto ao ambiente regulatório municipal:



Competitividade do Município



Lei de Liberdade Econômica



Concorrência dos Serviços Públicos



Segurança Jurídica



Contratando com o Poder Público



Tributação

Consolidação Regulatória, com questões que visam verificar (i) Consultas Públicas, (ii) Consolidação de Normativos e (iii) Janela Regulatória

Abuso Regulatório, por meio de questões que visam medir (i) Restrições Econômicas e o (ii) Combate a discricionariedade



ICM

Índice de Concorrência dos Municípios

Confira no link abaixo os resultados detalhados da Edição 2021 do Índice de Concorrência dos Municípios:



Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SAC)
Ministério da Economia

Relatório de Resultados

Índice de Concorrência dos Municípios 2021

Março/2022

Principais achados concorrenciais

da Edição 2021 do Índice de Concorrência dos Municípios

Foram identificadas **11.648** situações que potencialmente distorcem a concorrência no âmbito municipal brasileiro

uma média de **201** situações por Município

Porto Velho (RO) foi a cidade com o maior número de potenciais situações identificadas, num total de **241**

Belo Horizonte (BH) foi a cidade com o menor número de potenciais situações identificadas, num total de **154**

Principais maneiras de endereçar potenciais as distorções identificadas:

Normas 51%	Ferramentas 21%
Ações administrativas 23%	Outros

Alterações **NORMATIVAS**, através de leis ou no para resolver a maior parte das

TABELA 01 - PONTUAÇÃO GERAL DO ÍNDICE DE CONCORRÊNCIA DOS MUNICÍPIOS - ICM

Edição 2021

Cidade	Nota Final (0 - 1000)	Capítulo 1 - Transparência no Município (0 - 200)	Capítulo 2 - Integridade e Uso do Bem Público (0 - 200)	Capítulo 3 - Eficiência no Município (0 - 200)	Capítulo 4 - Qualidade de Serviços Públicos (0 - 200)	Capítulo 5 - Liberdade Econômica (0 - 200)	Capítulo 6 - Concorrência em Serviços Públicos (0 - 200)	Capítulo 7 - Regime Jurídico (0 - 200)	Capítulo 8 - Concorrência em Serviços Públicos (0 - 200)	Capítulo 9 - Transparência (0 - 200)
Média Nacional	466,8	52,2	51,7	40,3	38,5	33,3	66,0	35,3	55,6	46,9
Média Região Centro-Oeste	447,6	55,2	50,9	34,6	41,8	25,9	60,2	39,9	47,4	47,0
Média Região Nordeste	459,5	51,2	53,3	39,5	31,2	30,3	72,3	34,3	58,5	42,9
Média Região Norte	424,0	52,6	46,6	34,5	28,0	29,9	65,8	30,9	46,5	46,7
Média Região Sul	478,1	55,5	49,6	44,0	44,3	41,1	56,4	39,5	50,9	49,1
Média Região Sudeste	487,1	51,5	54,2	42,3	43,6	34,8	47,3	35,3	60,3	48,1
Região Nordeste	452,9	48,6	48,0	32,3	43,3	17,8	66,4	41,7	49,9	61,6
Alagoas/AL	512	74,3	55,4	39,4	45,1	39,4	58,5	42,4	52,2	53,3
Brasil/DF	420,0	48,6	48,2	42,9	41,1	22,4	49,9	40,0	49,3	35,5
Campo Grande/MS	389,1	61,8	47,6	32,1	31,4	26,3	48,3	41,6	22,7	38,3
Cuiabá/MT	465,0	42,6	55,1	28,4	48,2	23,7	77,9	33,6	62,9	46,0
Colônia/GO	527,4	59,8	55,3	63,2	29,9	32,3	87,3	40,3	65,8	40,8
Anacapu/SE	437,6	33,3	55,0	28,4	40,6	26,3	63,6	26,2	65,7	54,9
Campina Grande/PB	454,4	35,8	55,1	35,8	31,9	33,2	75,7	32,5	54,5	54,4
Feira de Santana/BA	513,5	59,1	52,5	60,4	36,4	42,1	69,1	42,8	61,0	38,7
Fortaleza/CE	459,6	46,4	48,4	41,3	25,0	39,3	72,9	36,8	65,7	37,8
Jabotão dos Guararapes/PE	403,7	49,3	57,0	29,3	23,0	26,8	58,2	38,5	45,5	35,8
Jaboão/PA	377,8	54,8	46,3	17,4	30,2	22,3	67,2	28,7	31,8	41,3
Natal/RN	479,8	59,5	50,2	44,7	33,3	37,5	73,7	33,6	65,9	33,5
Recife/PE	509,0	71,0	52,6	47,6	32,9	30,9	67,3	41,5	68,2	46,3
Salvador/BA	492,1	57,7	65,9	55,1	31,4	33,6	66,6	37,8	68,0	26,9
São Luís/MA	444,5	52,6	50,1	19,3	36,4	20,7	85,5	29,8	65,8	39,8
Teresina/PI	414,1	35,4	51,8	31,2	23,6	18,5	81,0	22,5	44,0	64,7
Região Norte	363,4	32,0	34,8	34,7	11,4	25,4	72,5	15,4	52,3	48,5
Belém/PA	377,9	46,3	47,4	29,4	15,7	23,1	63,4	30,0	40,7	46,1
Bom Vista/RR	448,7	41,5	51,8	51,3	36,1	26,9	71,0	28,7	45,5	51,8
Macapá/AP	457,3	64,3	39,0	22,9	27,9	49,7	75,0	40,1	42,4	50,4
Marauá/AM	451,5	66,5	53,4	31,8	27,1	31,4	85,1	24,2	45,5	41,3
Palmas/TO	442,4	40,7	49,3	43,1	30,9	29,4	72,7	33,0	49,0	50,0
Porto Velho/RO	338,4	49,2	36,1	22,0	24,3	16,3	41,8	28,4	49,6	36,7
Rio Branco/AC	450,9	59,3	49,1	41,2	34,2	32,7	53,7	31,5	53,2	50,9
Região Centro-Oeste	503,0	48,6	48,6	35,7	51,0	38,9	56,4	49,8	58,6	65,2
Cuiabá/MT	531,5	77,8	56,4	61,2	61,0	53,3	63,6	26,6	24,6	53,9
Florianópolis/SC	374,7	75,8	31,7	35,5	36,4	38,9	52,7	38,6	0,0	27,6
Joinville/SC	473,7	34,7	49,9	31,2	45,1	38,7	74,5	41,0	64,0	47,1
Londrina/PR	478,6	69,0	46,8	51,3	43,1	36,8	53,8	35,6	56,4	46,8
Maringá/PR	462,8	41,0	48,5	44,9	40,0	34,6	38,3	58,1	67,7	43,3
Petropolis/RJ	454,0	58,5	49,3	29,4	44,7	53,3	43,8	27,1	51,6	51,0
Porto Alegre/RS	508,4	63,1	57,5	53,4	19,3	44,1	60,0	43,9	70,2	48,1
Santa Maria/RS	516,6	41,0	57,3	53,1	58,3	31,5	64,2	35,3	64,8	59,4

28

ESTE DOCUMENTO FOI ELABORADO PELA SECRETARIA DE
ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO, ADVOCACIA DA
CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE (SEAE) DA
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E
COMPETITIVIDADE (SEPEC) DO
MINISTÉRIO DA ECONOMIA.



DANIELLA MARQUES CONSENTINO
SECRETÁRIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E
COMPETITIVIDADE

GEANLUCA LORENZON
SECRETÁRIO DE ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA E
COMPETITIVIDADE

WILLIAN MARCHESI
ASSESOR-CHEFE DE AMBIENTE DE NEGÓCIOS

VITOR VILLARINO
COORDENADOR-GERAL DE REGULAMENTAÇÃO
ECONÔMICA E POLÍTICA SETORIAL

PARA MAIS INFORMAÇÕES, FAVOR CONTATAR

+55 61 2027-8292 / 7717 / 7240
SEAE@ECONOMIA.GOV.BR
ICM@ECONOMIA.GOV.BR

SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

